



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	1

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu queria dar as boas-vindas aos nossos companheiros Deputados, a todos que estão aqui para assistir à nossa reunião ordinária e dizer que os trabalhos estão intensos na comissão. Todos os membros, todos os trabalhadores efetivos que estão nessa tarefa estão cumprindo-a de forma apaixonada e com muita expectativa nos trabalhos, entendendo que é uma iniciativa de fiscalização do legislativo. Acreditamos que ela venha a ter uma grande importância para o Distrito Federal como um todo.

Nós temos aqui o expediente e pauta.

Eu gostaria de iniciar. Estamos aguardando a vinda da secretária, que já está a caminho. A assessoria já está aqui. Queremos agradecer já a chegada da assessoria e, logo em seguida, a da nossa secretária.

A ata foi distribuída a todos os gabinetes. Eu queria, então, perguntar aos nossos companheiros se há algum óbice em relação à aprovação dessa ata. Se não houver, podemos aprová-la.

Deputada Arlete Sampaio?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu voto pela aprovação da referida ata, Sr. Presidente. Não tenho nenhuma observação a fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Da mesma forma.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, está aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da Reunião de Instalação da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, realizada no dia 21 de março de 2013.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de passar a palavra à Deputada Arlete Sampaio e, logo em seguida, ao Deputado Wellington Luiz, caso tenham algum comentário a fazer.

A palavra está aberta.

Deputada Arlete Sampaio, por favor. (Pausa.)

Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Também não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Temos, então, o manual da Comissão, que estará pronto na próxima reunião. Ele está em confecção, todo o processo, tudo o que vai acontecer, todos os procedimentos da Comissão e logicamente o plano de trabalho para o ano de 2013 como uma sugestão, para que possamos aprová-lo aqui.

O Josué tem trabalhado com bastante força nesse processo e vamos apresentá-lo para todos os Deputados, agora na semana que vem, para que possa haver a aprovação pelas assessorias e que a gente possa ter então todas as sugestões e que a gente consiga acatar todas as sugestões desse manual.

Então, basicamente, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. que teve o impedimento de participar da última reunião, nós iniciamos com um trabalho nos quatro grandes temas, que seriam educação, saúde, transporte e segurança. Essa é uma sugestão que vai chegar para todos os Deputados da Comissão, para que a gente possa trabalhar, de forma ordinária, nesse sentido. Tá certo?

Bom, com a chegada da nossa Secretária Vânia Vieira, já a convido para que tome assento à Mesa, a fim de que possamos, então, de imediato, começar a nossa conversa.

Quero, mais uma vez, agradecer à Secretária que, com bastante presteza e desprendimento, comparece aqui à nossa Comissão. Inclusive, fizemos o convite com apenas uma semana de antecedência e S.Exa. abriu a agenda para poder estar conosco.

Tivemos a oportunidade de já fazer uma visita, como Presidente da Comissão, à Secretaria de Transparência. Quero falar da importância de termos essas parcerias, de trabalharmos conjuntamente. Certamente, esta Comissão precisa estar junto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, precisa estar junto do Ministério Público e da Secretaria de Transparência e a ideia foi exatamente essa, a Comissão ser o farol do Legislativo, entendendo que há um farol no Executivo para ele mesmo, que é a Secretaria de Transparência. Temos o Tribunal de Contas do Distrito Federal fazendo esse assessoramento e o Ministério Público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	3

Então, há essas quatro torres de iluminação, para que a gente consiga, de uma forma muito clara, fiscalizar, mas fiscalizar no intuito de não deixar acontecer o ilícito, e o ilícito entendendo tanto a corrupção ativa como também a corrupção passiva, que hoje é responsável por 87%, segundo pesquisas, já demonstramos, do desperdício dos recursos públicos.

Secretária, muito obrigado, já iniciamos a nossa reunião. Eu queria apenas colocar, já foi feito e enviado para todos, como são as nossas regras regimentais para o comparecimento dos Secretários e dos convidados aqui à nossa Comissão, que é o art. 230, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que segue então um processo muito simples.

Há uma fase destinada à exposição, nós temos um tempo de até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze pelo Plenário, a seu pedido. Encerrada essa exposição, poderão ser formuladas questões ou indagações pela Mesa, pelos Deputados, e os Deputados que desejarem podem usar a palavra por até dez minutos cada um, e, depois, voltando para responder a cada interpelação, o convidado terá o mesmo tempo que o Deputado Distrital para isso, portanto, dez minutos para a resposta. Está certo? Então, só para mais ou menos deixarmos isso formalizado. Logicamente, há uma flexibilidade nisso, mas como a gente gosta de um rito muito claro, nós somos bastante formalistas e ritualísticos, então, a gente bota isso tudo no papel. Está bom?

Então, concedo a palavra à Secretária Vânia Vieira, que pode fazer a sua apresentação e podemos ouvi-la, porque já foram enviados aos presentes previamente os assuntos que iríamos tratar. Não é isso?

Muito obrigado, então.

SRA. VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA – Obrigada, Sr. Presidente, obrigada a todos os Parlamentares que compõem esta Mesa.

Antes de mais nada, eu gostaria de enfatizar a importância aqui da minha presença e dizer que todas as vezes que eu for convidada e convocada aqui estarei presente pela importância desta Comissão.

Eu acho que no momento em que esta Comissão é institucionalizada em caráter permanente demonstra a importância que esta Casa Legislativa tem dado ao tema da transparência, da fiscalização, do controle. Com isso, eu acho que ganhamos todos nós profissionais, técnicos que atuamos nesta área. Só temos a agradecer pela valorização que esta Casa tem dado a esta temática, reconhecendo a importância, o impacto que isto tem para a melhoria da gestão e, em última análise, para a melhoria da prestação do serviço público, que eu acho que é o que todos nós aqui buscamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	4

Eu trouxe aqui uma apresentação, para que a gente possa iniciar a nossa conversa, do que a Secretaria vem fazendo em termos de transparência, controle, prevenção da corrupção e dos novos projetos.

Como vocês devem saber, eu assumi a Secretaria há cerca de dois meses. Então, tem pouco tempo que ali estou e foi com muita satisfação que eu recebi este convite do Governador Agnelo para substituir o colega Carlos Higino, assumindo este desafio.

Eu venho da Controladoria Geral da União, lá estive durante quase nove anos. Então, à frente da Diretoria de Prevenção da Corrupção, eu era responsável por toda a coordenação da política de transparência do Governo Federal. Nos últimos meses, mais diretamente eu estive envolvida com a coordenação da implementação da Lei de Acesso à Informação, quando o Deputado Joe Valle esteve comigo, na Secretaria, eu ainda comentei que, coincidentemente, eu estive nesta Casa há cinco, seis meses a convite também do Deputado para falar um pouco da implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Governo Federal e agora, vejam só, cá estou responsável por implementar a lei no âmbito do Distrito Federal. E é por isso que eu queria registrar as minhas desculpas pelo meu atraso. Como vocês sabem, em vias de ter a lei entrando em vigor na próxima sexta-feira, dia 12 de abril, há uma série de medidas que estão sendo tomadas, e eu ainda estava na Secretaria trabalhando em torno disso.

Estamos com todos os esforços concentrados, de fato, na implementação desta lei no Distrito Federal.

E com isso eu venho, com esta experiência, com esta bagagem que eu pude adquirir nesta quase última década na Controladoria Geral da União, contribuir agora com o segmento das ações que foram iniciadas, desde o começo deste governo, para a implementação de um efetivo órgão de controle, prevenção e combate à corrupção no âmbito do Distrito Federal.

Aqui eu acho importante ressaltar que eu vou estar sempre me referindo a um órgão novo, pois, embora a gente saiba que o Distrito Federal contasse anteriormente com uma Corregedoria Geral, a Secretaria de Transparência no formato, nesta estrutura aqui apresentada e com essas ações é algo extremamente novo, inovador. E que esta missão da Secretaria, que foi estabelecida aqui, de orientar e controlar a correta aplicação dos recursos públicos, possui a grande diferença agora: será feita por meio de uma gestão transparente e com a participação da sociedade civil. Este é o norte que orienta esta Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal.

Nós temos, como funções básicas, todo o acompanhamento das ações de controle do GDF, nós somos responsáveis pelas auditorias, pelas tomadas de contas, pela avaliação da gestão de todo o Distrito Federal, mas nós também somos responsáveis pela prevenção e combate à corrupção e também pela função punitiva



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	5

que não pode e não deve ser esquecida e pela importante função de ouvidoria, que é responsável por esta interface com a sociedade por receber todo o tipo de manifestação, de reclamações, de dúvidas que advêm dos cidadãos.

Hoje nós estamos organizados em quatro grandes áreas finalísticas: controle interno, transparência pública e prevenção, correção e ouvidoria. Na próxima tela, vocês podem visualizar melhor o organograma da Secretaria. Aqui eu destacaria com grande alegria a criação recente do Conselho de Transparência e Controle Social, que logo à frente eu vou mencionar. Mas, isso é fruto da própria articulação do Governo com a sociedade civil.

Ao longo do ano passado, foi realizada aqui, no Distrito Federal, a primeira Conferência Distrital de Transparência e Controle Social. Então, como uma demanda da sociedade civil era a criação de um conselho de transparência, o Governador, então, há uma semana, ou dez dias atrás, instalou esse conselho. A Deputada esteve lá conosco. Na quarta-feira, dia 10, realizaremos a primeira reunião de trabalho desse conselho, sobre o qual falaremos um pouco mais à frente.

Em termos de unidades finalísticas, nós temos: a Controladoria, a Corregedoria, a Ouvidoria, a Subsecretaria de Transparência, a Subsecretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas e a Subsecretaria de Tomada de Contas Especiais.

Em termos de fortalecimento dessa Secretaria de Transparência, nos últimos dois anos, nós fizemos primeiramente um grande esforço na reestruturação do órgão. Como eu disse, temos hoje uma completa nova estrutura responsável pela transparência e combate à corrupção no Distrito Federal. Foram atualizados os normativos que regem a atuação dessa secretaria. Aqui eu preciso também reconhecer o trabalho feito por esta Casa, nesses dois primeiros anos, de aprovação de uma série de leis, talvez as leis mais modernas que hoje o Brasil conte em termos de transparência e combate à corrupção, quais sejam: a alteração da Constituição local – a Lei Orgânica – no sentido de implantar o Ficha Limpa; a definição de regras claras de nepotismo com a alteração do regime jurídico dos servidores – que hoje eu acredito também seja um dos mais modernos do país com regras bem mais claras e ações preventivas à prática de ilícitos relacionados à conduta de servidores resultante de uma parceria muito exitosa entre o Executivo e o Legislativo no aprimoramento desse marco legal –; e nós também tivemos uma boa melhoria da remuneração dos servidores que atuam na Secretaria. Você sabe muito bem quão importante é contarmos com a carreira forte, valorizada, os servidores bem dispostos a trabalhar nessa temática, envolvendo também a parte de capacitação.

Em termos de articulação interinstitucional, nos últimos dois anos, de forma inovadora, foi feito um grande esforço para que pudéssemos estabelecer uma cooperação maior entre os órgãos responsáveis pela defesa do Estado e combate à corrupção. Não dá para imaginar avanços nessa área se a Secretaria de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	6

Transparência não se articular, e se articular bem, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com a Procuradoria, com a CGU e com o TCU – na esfera federal – e, inclusive, com outros órgãos estaduais de controle e combate à corrupção. Também foi dedicada bastante atenção a essa questão.

Em termos de controle interno, só para que todos os senhores possam ter uma ideia da atuação hoje da Secretaria de Transparência, nós somos responsáveis pelas atividades que estão previstas na Constituição – na verdade aqui na Lei Orgânica – e também pelas previstas em leis específicas, o que chamamos de demandas legais que orientam o nosso trabalho. Aqui eu destaco, por exemplo, a prestação de contas anual do Governador, que nós devemos fazer, e também as auditorias anuais de contas.

Então, finalizamos nesses dois anos trezentos e setenta e cinco unidades. Só para vocês terem uma ideia, hoje são cento e quarenta unidades da administração direta e indireta. Temos que tomar ou prestar contas em relação a todas elas. Nós fazemos as certificações de todas as tomadas de contas que são também conduzidas pelo Governo, e a análise dos atos de concessão e pensões.

Aqui eu chamo a atenção para algo que foi priorizado nesses dois primeiros anos de Governo. Foi a atenção especial a auditorias realizadas em áreas – diríamos – mais sensíveis, que foram priorizadas pelo Governador como: saúde, segurança pública, desenvolvimento social, limpeza urbana, *shows* e eventos, contratos de gestão, tecnologia da informação e gestão de pessoal. Então, todas essas áreas foram objeto de auditorias específicas e especiais da Secretaria de Transparência, que também sofreram 87 inspeções.

Para que vocês possam ter uma ideia, aqui há exemplos de programas de governo que são acompanhados pela Secretaria de Transparência. Isso porque – paralelamente à nossa atuação de auditoria de contas, auditoria de conformidade – nos cabe também fazer o acompanhamento da gestão, para avaliar em que medida os programas de governo estão atingindo suas metas e produzindo os impactos sociais esperados. Então, aqui temos alguns exemplos de programas que hoje já são acompanhados pela Secretaria de Transparência.

Podemos ir adiante.

Nós também somos responsáveis hoje – e isso foi uma mudança relativamente recente que aconteceu na estrutura legislativa do Distrito Federal que concentrou na Secretaria de Transparência o processamento de quase todas as tomadas de contas especiais do Distrito Federal, com exceção das empresas e da administração indireta em que somente alguns casos específicos ainda são de nossa responsabilidade – por praticamente quase todas as TCEs. Elas são apuradas e processadas diretamente por nós, Secretaria de Transparência.

E aqui eu quero, então, ressaltar o esforço prioritário dado a essa área. Vocês sabem muito bem que não adianta nada pretendermos combater a corrupção



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	7

se nós não atingimos o bolso, que é onde geralmente mais dói. Então, as tomadas de contas são aqueles processos destinados a apurar o efetivo dano causado à administração e ao interesse público. Conseguimos reverter e ressarcir os cofres públicos por esses danos causados.

Vejam vocês que, apenas em 2012, nós tivemos mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) reconhecidos em processos como sendo de responsabilidade. Mais de dois milhões já foram ressarcidos. O restante está sendo pago em parcelas mensais por servidores que foram condenados.

Nós tivemos, então, um aumento de mais de 100%, de 2011 para 2012, um incremento em relação ao número de tomadas de contas finalizadas e aos valores que estão sendo também reavidos pelo Distrito Federal.

Em termos de correição, essa é uma das áreas que nós também temos dado a maior atenção. Embora nós acreditemos muito no valor, no papel da prevenção à corrupção, é claro que não podemos nos esquecer do caráter inclusivo, exemplar e preventivo que a própria punição exerce. Quando nós efetivamente punimos, além de darmos uma resposta efetiva para a sociedade, nós também acabamos prevenindo a ocorrência de novos ilícitos, porque demonstramos que aquelas condutas ilícitas serão devidamente detectadas e punidas pelo Estado.

Então, o que foi e está sendo feito em termos de correição e de responsabilização dos servidores pela prática de infrações disciplinares? Foi criado – aos moldes do Governo Federal, que é o exemplo que hoje nos inspira – um sistema único de correição coordenado pela Secretaria de Transparência. Isso significa que os órgãos, a Secretaria e as entidades continuam sendo responsáveis por instaurar diretamente as suas sindicâncias e PADs. Mas nós, como cabeça desses sistemas, coordenamos de perto o andamento, a instauração e a devida conclusão de todos esses PADs e sindicâncias instaurados. Então, nós temos o poder de avocar esses processos quando, por exemplo, por quaisquer motivos são sobrestados, ou há omissão do órgão na devida instauração. Só para vocês terem uma ideia, hoje são 115 PADs e sindicâncias acompanhados pela Secretaria de Transparência. Doze PADs se encontram em tramitação na Secretaria, na nossa Corregedoria-Geral e foram instaurados diretamente por nós. A grande maioria relacionados à Caixa de Pandora.

Então, só para que vocês tenham uma ideia, quando há relevância tanto em termos de fato quanto em termos de conduta, de desdobramentos, de valores envolvidos, isso reclama, muitas vezes, a instauração direta, por parte da Secretaria de Transparência, desses processos. Mas nós podemos deixar também que esses processos sejam instaurados e conduzidos pelos órgãos. Quando é necessário ou entendemos conveniente, avocamos, então, esses processos.

Vejam vocês também que nós acompanhamos as denúncias. Hoje são mais de mil denúncias que estão sendo acompanhadas. A princípio, como regra, cabe a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	8

cada órgão apurar. Nós, como supervisores desse processo, também fazemos essa coordenação.

Temos investido muito na capacitação de servidores nessa área disciplinar. Há uma deficiência muito grande não só em caráter técnico. Nós temos a preocupação de, depois, esses processos não serem anulados pelo Judiciário e não serem revistos. Daí o esforço de capacitar um número de servidores nos órgãos para que eles tenham condições de dar o devido processamento a esses casos.

Para vocês terem ideia dos números, de 2010 a 2012, pulamos de 12 para 35 demissões. O total acumulado, desde a criação da corregedoria, é 282. Depois temos outros casos de cassação, destituição, suspensão, que são outras hipóteses de sanções.

Outra questão que eu acho que merece o maior destaque e que é extremamente inovadora aqui no âmbito do Distrito Federal é a punição aos fornecedores e às empresas que também praticam atos ilícitos e de corrupção. No Brasil, se ainda temos dificuldade muitas vezes de punir o corrupto, que dirá, então, o corruptor. O foco, muitas vezes, acaba recaindo sobre o servidor público. E o outro lado do balcão, o outro elo do ato de corrupção, muitas vezes, é negligenciado e esquecido.

O que fizemos e estamos fazendo nesses últimos anos? Primeiro, foi criada uma comissão permanente e específica para processamento administrativo de empresas. A partir daí, nós começamos, de forma especializada, a apurar as irregularidades cometidas pelas empresas. De lá para cá, em dois anos, dezessete empresas foram declaradas inidôneas. Isso significa que elas ficam, por um determinado período, proibidas de contratar com a administração pública. Eu chamo a atenção para o fato de que, apenas neste ano, desde que eu cheguei, dez empresas já foram declaradas inidôneas, já foram objeto dessa sanção por parte da Secretaria de Transparência. Nós temos hoje cerca de sessenta outros processos em tramitação. Muitos deles – chamo a atenção – também ainda relacionados à Caixa de Pandora.

Aqui há uma grande novidade. Não nos basta punir as empresas. Também queremos e precisamos dar transparência às sanções aplicadas. Isso não só pelo princípio da publicidade em si, da importância de divulgar essa sanção, mas também para que as outras esferas federativas tomem conhecimento das sanções aqui aplicadas e possam levá-las em consideração. No âmbito federal, a Controladoria Geral da União criou, há cerca de três anos, o cadastro nacional de empresas punidas, que são as empresas declaradas inidôneas e suspensas. Hoje, esse cadastro nacional orienta todos os estados e municípios que querem evitar relações de negócios, relações contratuais com as empresas punidas. Aqui nós seguimos o mesmo exemplo e publicamos também esse cadastro que tem o CNPJ, a razão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	9

social, os dados detalhados das sanções à disposição de qualquer interessado em conhecê-los.

Em termos de ouvidoria, nós temos, de forma inovadora no Distrito Federal, o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal, que foi criado em julho de 2012. Em parceria com a própria Câmara Legislativa, que aprovou, em julho do ano passado, a lei que cria o sistema de ouvidorias, nós estamos conseguindo organizar essa rede de ouvidorias, que hoje já conta com quase cem ouvidorias instaladas nos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal.

Também tivemos aí, de forma específica, a criação de uma ouvidoria de combate à corrupção. É obrigatório o registro, a divulgação desse número 0800 em todos os contratos assinados pelo Distrito Federal, para que o cidadão e os próprios empresários possam se valer, possam tomar conhecimento de que hoje eles têm um número específico, que garante, inclusive, o anonimato, para que possam fazer denúncias.

Recentemente – isso foi na semana passada, há cerca de dez dias – nós tivemos também a satisfação de lançar esses novos serviços de ouvidoria aqui, de forma inédita. O Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação a lançar um serviço específico, gratuito, um telefone trídígito, que é o 162, para ouvidorias. Então, o cidadão não vai mais precisar ficar ligando lá no 156, selecionando ouvidoria. Agora ele tem esse canal específico, com pessoal treinado para atender às demandas de ouvidoria e para dar encaminhamento a elas. E, principalmente, temos um *site* com um novo sistema eletrônico, o qual vai permitir, então, facilmente – eu ainda estou falando do *slide* anterior –, que qualquer cidadão, pela internet, possa fazer o registro de sua demanda e acompanhar, por meio do protocolo e senha, o andamento dessa demanda dentro do Governo.

Em termos de transparência, na criação, no fortalecimento dessa nova estrutura da Secretaria de Transparência, vocês viram lá que existe uma subsecretaria específica de transparência, que trata também, de forma específica e especializada, essa temática.

E, como grande, grande carro-chefe, temos o Portal da Transparência do Distrito Federal, que hoje é referência, no Brasil, para outros estados. O que fizemos e estamos fazendo é, agora, nos dedicar ao aprimoramento constante e permanente do portal, não só em termos de incremento de novos dados. Hoje, para vocês terem uma ideia, nós cumprimos exatamente o que a legislação nos obriga, que é a divulgação diária... Volto a ressaltar: todos os dias, pela manhã, o pessoal pode acessar o Portal da Transparência e saber tudo o que foi empenhado, liquidado e pago no dia anterior por todos os órgãos e entidades do Distrito Federal.

Nós também estamos trabalhando sempre para incrementar novas bases de dados, novas informações nesse portal, e chamo a atenção também para a publicação dos salários individualizados dos servidores, pois o DF foi a primeira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	10

unidade da Federação, seguindo o exemplo do Governo Federal, a publicar o salário dos seus servidores. Então, lembro que não existia uma lei ainda, aqui no Distrito Federal – essa que vai entrar em vigor é apenas na sexta-feira que vem –, que obrigasse o Distrito Federal a publicar os salários. Então, por uma determinação do Governador, demonstrando a vontade política de seguir avançando na transparência, resolveu-se, desde o ano passado, publicar esses salários. Desde então nós temos o Portal da Transparência batendo picos de acesso.

No próximo *slide* podemos ver o número de acessos mensais, os valores que hoje são expostos, que já superam 64 bilhões, conforme a nossa base de dados, e o número de bens disponíveis.

Agora falando um pouco do que estamos fazendo para preparar o Governo do Distrito Federal para a implementação da Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor, como eu disse, no próximo dia 12 de abril. Desde o ano passado nós temos preparado e disseminado, entre todos os órgãos e entidades, um guia para a implementação da lei. Trata-se de um passo a passo para que todos os órgãos saibam exatamente o que se espera deles, especialmente em termos de transparência ativa.

Até pela minha experiência e todo o trabalho que eu tive a oportunidade e a honra de desenvolver no Governo Federal, relacionado à transparência pública, nós sabemos o quão importante é investir na divulgação proativa de informações. Isso não só para facilitar o acesso do cidadão, a fim de que ele não precise pedir, bater à porta do órgão público solicitando o acesso a um determinado contrato, a uma determinada licitação, mas porque também isso diminui o trabalho do gestor, isso diminui a demanda.

Então, nós estamos trabalhando muito, reforçando isso para a Administração, ao dizer-lhe: "Olhem, publiquem proativamente as suas informações".

Também estamos aqui finalizando um decreto de regulamentação da lei, que deve sair até a próxima sexta. Todo um trabalho de conscientização e de capacitação de servidores, lembrando que o Brasil hoje integra um grupo de cerca de noventa países, no mundo, que têm leis de acesso dessa natureza.

E nós sabemos, pela experiência comparada, que isso não se muda da noite para o dia; que transparência, acesso à informação e abertura de governos, isso exige, demanda uma mudança de cultura, uma mudança de procedimentos na administração. Isso, então, nos exige capacitação e conscientização permanente de servidores e isso está também no rol de prioridades da Secretaria de Transparência.

Também estamos preocupados com essa padronização das informações que serão divulgadas.

Nós estamos estruturando SICs, que serão esses postos físicos de atendimento, para aqueles cidadãos que, em vez de optarem por fazer esse pedido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	11

pela Internet, quiserem ir pessoalmente aos órgãos. Eles serão recebidos por servidores também capacitados, por unidades abertas de fácil acesso, com identificação visual, padronizadas para todo o Governo. É isso o que se espera dos SICs.

Nós, também, de forma inédita e inovadora no Brasil, seremos o primeiro Estado da Federação a lançar um sistema eletrônico específico para acesso à informação.

Nós conseguimos, junto à Controladoria Geral da União, a cessão do sistema que lá foi lançado e que considero hoje o coração da Lei de Acesso. O cidadão, da forma mais simples possível, sem precisar sair de casa, pode, pela Internet, dirigir um pedido de acesso e, em 20 dias, prorrogável por apenas 10, o órgão público precisa responder, também pela Internet, a informação solicitada pelo cidadão. Esse sistema garante, para administração pública, o controle do atendimento desses pedidos e, principalmente, ao cidadão, que o seu pedido será atendido no prazo estipulado pela lei.

Estamos também coordenando todo esse trabalho, junto com as ouvidorias, com as assessorias de comunicação, as UAGs, as autoridades de monitoramento. Há um esforço muito grande, forte, integrado do Governo para que, no próximo dia 12, estejamos todos prontos para esse dia histórico, que será a entrada em vigor da Lei de Acesso.

Uma questão que já mencionei a vocês, mas acho que ainda vale a pena mencionar, vale a pena destacar é a criação do Conselho de Transparência e Controle Social, que, como eu disse, terá a sua primeira reunião na próxima semana. Esse conselho é bipartite, paritário, mais uma vez, por demanda da própria sociedade civil: dez membros do Poder Público, dez membros da sociedade civil, com essa composição que vocês podem aqui vislumbrar. Lembrando que isso foi resultado da própria Consocial e, por isso, nós temos delegados da Consocial integrando esse conselho, que será responsável por nos ajudar na formulação de políticas públicas relacionadas à transparência e ao controle social. Eu acho que poderemos finalmente ter a política de transparência sendo tratada como uma política de Estado.

Ainda em termos de outras ações relacionadas à transparência, eu destacaria o decreto que criou o próprio Conselho; depois, a participação hoje da Secretaria de Transparência na Câmara Nacional Temática de Transparência da Copa do Mundo. Prestamos regularmente à Controladoria Geral da União, que publica essas informações, no Portal da Transparência, assim como foi decidido, pela Câmara Nacional de Transparência da Copa. Então, nós fazemos hoje toda essa articulação, para a prestação das informações, e isso vem sendo também sistematicamente atendido pelo GDF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	12

Outras medidas que vocês conhecem muito mais do que eu... Isso surgiu, em muitos casos aqui... Que foi desde a Ficha Limpa ao nepotismo. Depois temos o decreto do Governador regulamentando as contratações emergenciais. Também temos aqui alguns exemplos importantíssimos de medidas que vieram contribuir para a prevenção da corrupção, entre as quais, eu destaco a criação, em cada Secretaria, em cada entidade, das unidades de controle interno, as UCIs, isso vai ser o braço da Secretaria de Transparência, em cada órgão, para que a gente possa atuar de forma integrada e também uma medida inovadora e que tem um impacto muito grande na prevenção da corrupção, que é você atribuir a servidor de carreira, a servidor efetivo, a função de fiscalizar contratos públicos.

Destaco também todo o trabalho que foi feito, na Consocial, que foi o ponto de partida para muitas políticas que hoje estamos gestando, na área de promoção do controle social e da transparência. Foi essa experiência magnífica que vivemos ao longo de 2011, em especial, 2012, que foi a coordenação, no Distrito Federal, dessa 1ª Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social. Tivemos mais de 2.200 participantes, cerca de 260 propostas que foram priorizadas e mandamos quase 400 delegados, para participarem da etapa nacional, coordenada pela Controladoria Geral da União. O resultado disso agora será tratado, no âmbito do Conselho e da Transparência, e muitas das políticas que começaremos a discutir, no âmbito do Conselho, têm origem na Consocial. Isso será considerado e também contribuimos para a discussão, em âmbito nacional, do Plano Nacional Sobre Transparência e Controle Social, que o Governo Federal hoje também discute como fruto dessa Conferência da qual participamos.

Para que vocês possam ter uma ideia de quais foram as principais propostas resultantes da primeira Consocial: temos desde educação para a cidadania, ética, transparência e controle social... Vejam vocês que é a própria sociedade sinalizando quão importante é essa mudança de cultura, essa nova consciência cidadã, para a cidadania e ética; a própria criação do Conselho que eu já destaquei; o fortalecimento dos órgãos e mecanismos de controle; infraestrutura para os conselhos... E essa seria uma grande temática, Presidente, para esta Comissão se dedicar que é a atenção ao funcionamento, à estrutura dos conselhos de políticas públicas para que eles possam, de fato, desempenhar a tão importante função de acompanhamento e controle das políticas. E, claro, capacitação desses conselheiros e da sociedade civil para que eles possam nos ajudar no exercício desse controle.

Em termos de novos projetos e novos desafios que nós então estamos preparando no âmbito da Secretaria...

Como eu disse logo no início, eu trago minha experiência da CGU, do Governo Federal, de trabalhar, muito fortemente, com controle social. Não é possível avançar sem termos essa necessária e indispensável parceria com a sociedade civil e, para isso, precisamos, sim, mobilizar cidadãos, engajar cidadãos, mas, principalmente, capacitá-los para o pleno exercício do controle social. Por isso,

[A1] Comentário:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	13

estamos já preparando um programa de capacitação de conselheiros e de cidadãos para o exercício do controle social, e o Distrito Federal se mostra como um *locus* privilegiado para o exercício dessa missão. Temos um espaço territorial que nos permite, com muito mais facilidade, desempenhar tarefas nesse sentido.

Também temos como missão – e acredito muito no papel do controle –, o fortalecimento da gestão. Não adianta o controle atuar sobre o leite derramado. Precisamos atuar, cada vez mais, no controle preventivo e na orientação de servidores. Nesse sentido, a capacitação, inclusive com a disseminação de normas, de entendimento dos órgãos de controle, não só da Secretaria, como do Tribunal de Contas, com a produção de materiais, de cartilhas, essa é uma prioridade da Secretaria de Transparência. Estamos trabalhando fortemente nisso, para que possamos ter um programa de fortalecimento da gestão implantado.

E também, como não poderia ser diferente, seguirmos avançando no aprimoramento do portal da transparência. Como eu destaquei no meu discurso de posse, eu acredito muito que Brasília, como é uma capital de vanguarda, uma capital que em muitos aspectos dá exemplo de modernidade para o Brasil, nós precisamos dar exemplo também em termos transparência, de gestão moderna e de gestão eficiente. Por isso vamos, então, trabalhar fortemente no aprimoramento e no incremento da transparência do Distrito Federal, agora também fazendo valer a Lei de Acesso que entrará em vigor.

Por último, nós também estamos preparando o lançamento, a criação de um observatório do gasto público, que será, então, a unidade, que, no âmbito da Secretaria de Transparência, vai se valer, como eu sempre digo, da inteligência e da tecnologia da informação aplicadas ao controle. Isso para que a gente possa efetivamente contribuir para esse controle preventivo, esse controle orientativo e a gente possa evitar, como o Deputado destacou na fala inicial, a ocorrência de novos problemas, de novas falhas, de novos ilícitos.

Essas eram as primeiras informações que eu gostaria de trazer aos senhores para contribuir com esse debate.

Desde já me coloco à disposição para contribuir com essa tão importante comissão no que for necessário, no que for demandado à Secretaria. Obrigada

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado. Agradeço à Secretária Vânia e a parabenizo pela exposição.

Passamos à etapa de passar a palavra aos membros da Comissão para que possam fazer suas perguntas, se houver alguma dúvida, e depois à Secretária Vânia.

Eu queria dar boas-vindas ao Deputado Chico Leite, que acabou de chegar, à Deputada Eliana Pedrosa, aos quais já passo a palavra. Deputada Eliana Pedrosa, deseja fazer algum comentário? A palavra é de V.Exa. por até dez minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	14

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, os meus colegas membros da Mesa, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Leite, o Deputado Wellington Luiz, V.Exa., Presidente, e, em especial, a nossa convidada de hoje, a Dra. Vânia. Muito obrigada por sua presença, a sua exposição nos proporcionou conhecer toda a intenção da Secretaria, o seu planejamento também, o estado da arte que pretende alcançar a Secretaria de Transparência aqui no Distrito Federal. Eu aproveito para dizer que, dentro dessa intenção, percebo a de se colocar o Distrito Federal na ponta. Esse é o papel de uma Capital federal, de poder ser, além de pioneira, a mais avançada em todas as políticas públicas. Nessa questão da transparência, o governo da Presidenta Dilma tanto avançou. Que também possamos avançar aqui no Distrito Federal.

Entre aquilo que desejamos, entre aquilo que começamos a implementar e a realidade ainda existe uma distância muito grande, mas aproveitando toda essa boa vontade, todo esse empenho, eu aproveito primeiramente para fazer chegar às suas mãos um ofício em que eu relato uma coisa estranha: autorizações de viagem concedidas após a viagem. Eu não consigo entender isso. Normalmente, as autorizações de viagem são concedidas antes de a pessoa viajar. Há vários casos aqui relacionados.

A senhora só dá o recebido, se quiser falar um pouquinho sobre isso, se quiser também se manifestar ou mandar depois uma resposta para a comissão...

Outra coisa em que vimos insistindo com a Secretaria de Transparência – não é a primeira vez que tenho a oportunidade de me manifestar e de informar a ela – é que existe tanto um decreto local, o Decreto nº 32.598, de 2010, como também uma lei, não, perdão, uma decisão normativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que disciplina as publicações referentes a contratos. Diversas administrações, diversos órgãos, diversas empresas privadas, vêm descumprindo tanto o decreto governamental quanto essa decisão normativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu também colecionei alguns exemplos, como a CEB. Ela, além de ser campeã de apagão, é também campeã de publicar contratos sem os dados corretos. Eu não sei em que ela ganha mais, se é nos apagões ou se é na falta dados. Por exemplo, aqui na publicação do dia 3 de maio de 2012, faltaram o valor e o objeto do contrato. Aqui, no dia 11 de outubro de 2012, no BRDB, faltou o valor do contrato. Na Secretaria de Agricultura, faltou a data de assinatura do contrato no dia 18 de abril e por aí vai. Rapidamente hoje foi o que colecionamos e faço isso chegar às suas mãos.

Mas o que mais me preocupa e o que mais dificulta o trabalho fiscalizador da Câmara Legislativa do Distrito Federal e também do cidadão... A senhora expôs ali que hoje há um montante – não consegui guardar de cabeça – de recursos que são acompanhados por meio do SIGO – Sistema Integrado de Gerência Orçamentária – e os pagamentos que são feitos. Eu tive a oportunidade de protocolar ontem no Ministério Público do Tribunal de Contas, justamente porque, em uma diferença de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	15

um minuto... No Sigo, só para ter ideia, no dia 14 de fevereiro de 2003, na Unidade Gestora nº 220104, às 16 horas 59 minutos e 48 segundos, para um determinado lançamento, havia zero. Às 16 horas 59 minutos e 56 segundos: seis mil e seiscientos. Às 17 horas: duzentos e seis, duzentos e vinte. Às 17 horas e 16 segundos: quinhentos e cinquenta e três milhões, cento e trinta e um, setecentos e dez e quarenta. Às 17 horas e vinte e seis segundos: quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e três e dezesseis. Às 17 horas e 36 segundos: seis milhões e seiscientos. Às 17 horas e 47 segundos: duzentos e seis mil, duzentos e vinte. Como a gente fiscaliza? O que está sendo pago? Porque vai de zero a quinhentos e cinquenta milhões e volta para duzentos e seis mil, quer dizer, impossível fazer qualquer acompanhamento das contas públicas hoje pelo Sigo. E o Sigo não mudou tanto de montante assim para dizer que o sistema está super congestionado e, também, a quantidade de valores investidos em informática pelo o governo tem sido substancial. Eu não tenho esse número, mas posso ofertar à senhora. Então, não há justificativa plausível para questões como esta aqui.

Inclusive, eu tenho toda uma série: até em QDD – Quadro de Detalhamento de Despesa. O QDDs não conferem. Você vai a uma emenda Parlamentar, ela tem zero de execução. De repente, tem seis milhões e seiscientos; depois, tem treze milhões de reais; depois, tem dois milhões de reais. Então, até para facilitar, se V.Exa. quiser levar, eu colecionei aqui alguns exemplos, mas está impossível fazer a fiscalização com relação aos pagamentos. Inclusive, eu já havia levantando esse fato anteriormente e a Secretaria de Administração, ainda na gestão do Carlos Higino, havia me respondido que, no dia 24 de maio de 2012, havia tido uma reunião e que a coisa estaria resolvida, porque nós já havíamos informado, mas continua a mesma coisa. Então, depois eu posso passar isso para todos os membros, inclusive, a resposta do Carlos Higino à época, dizendo que houve essa reunião e que estaria contornando o problema, mas que o problema continua.

Fora isso, eu acho que é da maior gravidade porque também é maneira de cercar esse trabalho fiscalizatório da Câmara e do cidadão, porque, se a nossa Lei de Transparência ainda não foi publicada, não tem eficácia, temos uma lei federal que já tem eficácia – e nós estamos atrasados em relação ao prazo que foi dado por essa lei federal –, temos a nossa Lei Orgânica e tínhamos outra lei distrital que estava em vigor e que estabelecia um prazo... Eu tenho feito – e outros Parlamentares também, essa queixa não é apenas minha –, vários pedidos de informação, seguindo o trâmite previsto no Regimento Interno da Câmara Legislativa e na Lei Orgânica, que é via requerimento, passando pela Mesa Diretora. Não recebemos respostas. Também tenho feito como cidadã comum, porque pensei: se como Deputada, não valho nada, a nossa Lei Orgânica não vale nada, ela vai fazer aniversário, mas podemos rasgá-la, então, eu vou fazer como cidadã. Vamos ver se, como cidadã, eu sou ouvida. Também não. Não recebi. Se for da Secretaria de Educação, então... A gente não recebe. Essa é campeã em não responder às informações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	16

A senhora está chegando à Secretaria de Transparência. Pela sua exposição, eu vejo que com a maior boa vontade. Eu já fiz parte de governo. Sabemos que, às vezes, não dá para acertar tudo de uma vez, mas percebo essa boa vontade. Então, nesse sentido, muito mais do que apresentar isso como denúncia, eu quero apresentar como contribuição. Espero que eu possa ter resposta positiva, porque são questões muito simples, que estão na Constituição Federal, estão na Lei Orgânica do Distrito Federal e está hoje no direito que é de todos nós e naquilo que o próprio Governo... Eu percebo que é um desejo do Governo, na medida em que tomou como iniciativa sua aquilo que o Governo Federal impôs na Lei de Transparência, fazendo a Lei de Transparência local.

Então, eu deixo essas questões. Se algum documento a mais for necessário para melhor compreensão, não terei nenhuma dificuldade em fazer chegar às mãos de V.Exa., como também às de meus colegas da Câmara Legislativa.

Essa questão de falta de respostas aos requerimentos pedidos já é conhecida do Deputado Joe Valle, do Deputado Chico Leite. Agora, o Deputado Wellington Luiz e a Deputada Arlete Sampaio estão na nossa Comissão. Não sei se S.Exas. já passaram por essa experiência, mas, agora, na Comissão, eu também dou conhecimento daquilo que eu, pessoalmente, e outros colegas, especialmente os desta Comissão, já passamos ao longo desse tempo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Eu vou passar a palavra à Deputada Arlete Sampaio. Antes disso, eu gostaria também de fazer duas sugestões e observações. A Comissão tem todo interesse e vai encaminhar essa vontade de elaborar um termo de cooperação institucional da Comissão com a Secretaria de Transparência para facilitar esse trâmite de documentação e, com isso, logicamente, trabalhar de forma conjunta.

A segunda observação, Deputada Eliana Pedrosa, é quanto ao manual da Comissão, o nosso manual. Na próxima reunião, vamos entregá-lo a todos. Todo esse processo estará manualizado, as normas estão prontas, para que possamos dar celeridade a esse processo. A senhora pode enviar isso, porque a Comissão vai tratar exatamente desse trabalho que foi colocado. Nós já enviamos, já tomamos todas as providências. O corpo da Comissão já pode auxiliar bastante nisso.

Então, no manual e na questão dos temas trazidos para a Secretária, nós vamos atuar fortemente nesse processo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se for entendimento de V.Exa. e dos demais membros da Câmara



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	17

Legislativa, eu também posso deixar de entregar neste momento para a Secretária. Se V.Exa. achar que é melhor a entrega pela Comissão, eu também me coloco à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Como hoje o nosso manual não foi entregue ainda... A partir da próxima reunião, quando o manual já estará pronto, seguiremos, então, o rito e o trâmite da nossa documentação.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Está bom. Ok. Positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Secretária, eu vou pedir, para que a gente possa fazer tudo, para a gente poder ter mais tranquilidade nas respostas e ter celeridade no nosso procedimento.

Passo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Sra. Vânia, saudar a sua vinda para o Governo do Distrito Federal. Tenho certeza de que dará uma enorme contribuição e fará com que essa unidade federada singular, que é o Distrito Federal, possa dar um exemplo de transparência e de controle da corrupção para o Brasil. Tenho certeza de que isso é possível.

Eu não vou fazer um despacho, como fez a Deputada Eliana Pedrosa. Eu vou ser muito breve porque, daqui a pouco, temos que sair para a sessão que logo começará. Serei breve.

Eu acho que a Sra. Vânia colocou uma questão extremamente importante que é a necessidade de nós criarmos mecanismos de mudança da cultura na gestão pública no Brasil. Eu acho que CGU está dando esse exemplo para o País, quando sorteia os municípios e vai investigar onde e como os recursos da União são aplicados. As nossas surpresas têm sido enormes porque, de fato, a construção histórica do estado patrimonialista no Brasil não está interrompida. Nós não fomos capazes ainda de proclamar a república brasileira. O republicanismo está longe de existir de fato no Brasil, e as práticas de corrupção são, em muitos casos, democratizadas, no sentido de que elas começam na portaria e vão até o secretário, o ministro, etc. Então, de fato, é mudar de cultura mesmo.

Eu acho que essa mudança de cultura envolve uma disposição do Governo, do Poder Executivo, em coibir práticas que são da malversação dos recursos públicos, criar mecanismos para acabar com a impunidade, porque esse elemento da impunidade é essencial para perpetuar essas práticas de ilícitudes.

Eu tive a oportunidade, como Secretária Executiva do Ministério da Assistência Social, de conviver de perto com a CGU. Realmente, pudemos observar que era uma presença, muitas vezes, dura de investigação das práticas que estavam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	18

sendo desenvolvidas, mas sempre com o caráter de orientar e prevenir qualquer tipo de ilegalidade.

Agora, no Governo do Distrito Federal, no primeiro ano do Governo Agnelo, em que fui Secretária de Desenvolvimento Social, também tive essa oportunidade de conviver com a Secretaria de Transparência, inclusive de receber técnicos dessa secretaria para que pudessem fazer auditorias dos processos que estavam tramitando na nossa secretaria, sempre muito importante para que possamos, digamos assim, cortar o mal pela raiz, pegar o processo no início e tentar prevenir que aconteça qualquer tipo de ilicitude.

Então, eu acho que essa disposição é fundamental. Eu acho ainda que é importante para nós que exista uma Oposição que fiscalize também, porque isso vai nos ajudar a aperfeiçoar esses mecanismos todos que temos que fazer para o controle, porque o nosso propósito é, de fato, avançar no Brasil numa forma de governar republicana de fato, respeitando a coisa pública e fazendo a melhor administração possível dos recursos públicos, não do ponto de vista apenas da ética na política, mas da ética da política. Por isso, a gestão e a busca de resultados são fundamentais também. Não adianta gastar dinheiro, se não há eficiência, se não há eficácia das políticas que estamos desenvolvendo para mudar a qualidade de vida do povo e sanar problemas conhecidos que se perpetuam no Brasil.

Eu quero saudar a sua presença e dizer que a Comissão está na sua segunda reunião. A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle é uma inovação na Câmara Legislativa. Ela existia, nos dois primeiros anos, informalmente, como um grupo de trabalho para definir como é que seria a atuação da Comissão. Ela foi aprovada no ano passado. Nós somos a primeira, digamos assim, composição desta Comissão, que foi recentemente instituída aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Estamos neste momento exatamente buscando. Como disse o Deputado Joe Valle, vai haver a discussão dos manuais, de como vamos proceder, de qual será o *modus operandi* da Comissão. Nós vamos fazer justamente a busca de como o esforço da Câmara Legislativa, no sentido da fiscalização dos gastos públicos, poderá contribuir também com o esforço correlato da Secretaria de Transparência e dos órgãos de controle do Distrito Federal. Por isso, evidentemente, é necessária essa cooperação com a Comissão, a Secretaria de Transparência, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, para que a gente possa avançar, de fato, na construção de uma unidade federada que tenha todas as condições de dar o exemplo de administração republicana para o Brasil.

Então, quero somente saudar a sua presença aqui na Casa e desejar que V.Exa. e sua equipe tenham uma excelente gestão e deem uma grande contribuição para o Distrito Federal, que sofreu muitíssimo, nos últimos anos, com a corrupção. A caixa de pandora foi o ponto máximo visível dessa corrupção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	19

Temos que sanar definitivamente esses fatos da nossa Capital. Não é possível que a unidade federada que tem o orçamento mais generoso do Brasil, maior orçamento *per capita* do país, não possa transformar esse orçamento em melhoria das condições de vida da população, melhoria da qualidade dos serviços públicos e de construção de uma cidade que seja exemplar – como sempre gosta de dizer o Governador – em sua civilidade para o Brasil.

Seja bem-vinda e sucesso com o seu trabalho junto ao governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigada Deputada Arlete Sampaio.

Realmente, é extremamente salutar esse formato que nós estamos vendo com a CGU. Também passei por isso e o achava muito interessante nas fiscalizações da controladoria, pois era um crescimento na gestão pública, quando estava à frente da Secretaria do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Agora, no Distrito Federal, começa o processo e as pessoas vão se adaptando a isso. É extremamente importante e fundamental a questão da gestão.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz, para fazer suas considerações e perguntas, se for o caso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V.Exa. e os demais presentes.

Saúdo a Secretária, ao mesmo tempo em que agradeço a visita de V.Exa., desejando muita saúde e muito sucesso nessa empreitada.

V.Exa. tem um papel fundamental. E eu, na minha condição, inclusive, de policial, entendo que os dois maiores males da sociedade são as drogas e a corrupção.

Bem disse a Deputada Arlete Sampaio que é necessária uma mudança de cultura, mas até que essa mudança de cultura aconteça é importante o instrumento da punição, esse tem que ser rigoroso, tem que ser duro, tem que ter o caráter intimidatório, inclusive para que a gente evite que esse mal continue arrancando dos nossos filhos a oportunidade de viver com dignidade.

Conte com a nossa Comissão. Acho que nós também, depois de eleitos para esta Comissão, passamos a ter um papel fundamental que é de, juntos, com a Secretaria de Transparência ajudar nessa fiscalização.

Conte conosco e boas-vindas.

Sr. Presidente, antes de terminar, eu quero me somar à Deputada Eliana Pedrosa. Eu sou mais um dos Deputados que tive o dissabor de não ter tido informação nenhuma da Secretaria de Educação e isso é algo que acho muito estranho, muito estranho mesmo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	20

Então, até como uma crítica construtiva, é importante que o Governo do Distrito Federal tome providência em relação ao que tem acontecido. E não é só falta de informação, mas marca-se e desmarca-se reunião sem dar o mínimo de satisfação, ou seja, um total desrespeito. Se isso é feito com os Parlamentares que foram eleitos para serem os representantes do povo, veja lá o que fazem com a sociedade e com as pessoas como um todo.

Boa tarde e muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Na realidade, esta Comissão tem um papel importante.

A Deputada Eliana Pedrosa já trouxe esse problema na última reunião da comissão temporária e isso foi levado ao Ministério Público. Há algum desdobramento em relação a essa não informação por parte de alguns gestores que insistem em não fazer uma gestão republicana.

Com certeza, a Comissão terá um papel junto com seus parceiros, objetivando a melhoria dessa resposta.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para fazer suas considerações e perguntas, se for o caso.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde Sr. Presidente, Deputada Arlete Sampaio, Deputada Eliana Pedrosa e Deputado Wellington Luiz.

Quero saudar a Secretária Vânia, dizer que fiquei extremamente orgulhoso com a exposição e lembrar, eu que estou aqui há dez anos, aquela ocasião também em que se encontrava, nos debates, a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Arlete Sampaio, com a luta pela transparência. A ocasião era ingloria. Eu mesmo fui objeto, melhor dizer assim, de chacota, de desprezos, quando propus, pela primeira vez, uma lei de obrigatoriedade, um projeto de lei aprovado, inclusive, nunca cumprido, de divulgação obrigatória dos dados, que eu já fazia no meu gabinete em relação à verba indenizatória e ao imposto de renda. Eu já fazia no *site*, espontaneamente, desde aquela ocasião e queria que os governos o fizessem, porque quem gerencia o que é de outrem – isso é princípio geral do Direito, Direito Romano, há dois mil anos – tem o dever de prestar contas, absoluto dever, não o faz por favor, não o faz por virtude, nós chegamos a um nível de deterioração tal de valores que a honestidade é colocada como virtude. Vou a inúmeros debates e aqui e ali vejo a honestidade utilizada, empregada como bandeira. Honestidade é uma obrigação.

Então, eu fico extremamente orgulhoso, já ficava com o Secretário Higino e agora com V.Exa. Quero também fazer outra observação, eu sempre me dediquei, no plano penal, à criminologia, muito especialmente à Sociologia Criminal Americana e à Criminologia Radical, de Alessandro Baratta, e a cultura que Alessandro Baratta e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	21

Klaus Tiedemann tentam criar em todo o mundo, é a rejeição, a refutação a esse tipo de criminoso que Sutherland chamou, no início do século, de criminoso do colarinho branco - *white collar crime*.

A nosso ver são três os passos.

Um primeiro é a prevenção, a formação, a criação de uma cultura com os nossos filhos, porque o que educa é o exemplo, o discurso ilude, mente, fantasia, o que educa, o que ensina efetivamente é o exemplo, é a prática, é o fato incontestável colocado aos nossos olhos. Então, primeiros filhos na escola, os estudantes.

Numa segunda etapa, a punição efetiva, sob o fundamento de que se tinha capacidade de agir, tinha possibilidade de agir conforme o Direito e não se fez. Aqui entre nós é o oposto, é o oposto, aqui, aqueles que têm nível superior vão para prisão especiais. A regra geral é: quanto mais se pode submeter à regra de Direito senão se o faz, maior deve ser a pena e não o inverso, quanto menos se pode atuar, conforme o Direito, menor deve ser a pena, até, às vezes, se inexigível conduta diversa nem pena deve haver àqueles que não puderem se submeter, é um direito.

Aqui, não, é o contrário, daí a terceira etapa, que é a etapa preconizada por Klaus Tiedemann e por Alessandro Baratta, que pregam a refutação à rejeição. Eu explico: não é incomum – e outro dia num debate eu fiz menção a isso – que se queira a redução da maioria penal, a morte do bandido pobre e se convide o bandido rico para paraninfo de formatura – porque ele paga a festa –, e se tenha orgulho de se fotografar em colunas sociais com o bandido rico, ou pelo menos não se tenha vergonha. O que Klaus Tiedemann diz é o seguinte: “Nós precisamos ter vergonha”. Eu tenho muita vergonha, não recebo em minha casa bandido. Não posso recebê-lo. Eu não posso ir a um churrasco em que esteja um sujeito condenado. Se lá estiver, eu vou embora. Eu não participo desses atos.

Por que me refiro a isso? Porque a Deputada Arlete Sampaio fez menção à nossa cultura do patrimonialismo – uma referência à vinda da família real em 1808 –, a todo aquele conjunto de jeitinhos – a que nós assim, eufemisticamente, chamamos de jeitinho, uma forma carinhosa para estelionato, que nós acabamos achando normal. Quer dizer, entra-se na política para fazer negócio. Faz-se o negócio, e todo mundo acha normal ao ponto de alguns dizerem que se fulano tivesse a chance o faria. Esse tipo de comportamento vai passando a habitar essa esdrúxula normalidade diária entre as famílias, entre os meninos e as meninas, e aí todo mundo vai achando que é normal ter uma chance. Alguns mais religiosos dizem que o fizeram porque Deus lhe deu a chance; se desse chance a outrem, outrem também se apoderava.

Bom, essa é uma cultura sobre a qual nós precisamos trabalhar, porque temos aí bandidos corruptos condenados com trânsito em julgado e soltos, passeando pelas páginas de jornais e pelos restaurantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	22

Um dia desses eu tive...Eu não tive de cumprimentar, porque eu não cumprimento. Pode me cumprimentar dez vezes que eu não cumprimento. Eu sou do tempo conservador. Eu não admito aquele tipo de cumprimento. Levantaram-me etc.

Há uma diferença textual entre nós: a cultura da bandidagem, ela se perfila da bandidagem *white collar crime* em igualar as pessoas: "Ele é bandido, eu também sou, nós somos iguais". Não, nós não somos iguais. Não somos iguais! Há diferenças e há diferenças brutas entre as pessoas. É importante.

Bom, mas esses três passos são fundamentais, porque se não conseguirmos criar essa refutação, essa rejeição, esse preconceito a esse tipo de bandido, se nós não criarmos esse preconceito na sociedade, se não criarmos esse preconceito textualmente – "fulano não participa do Governo que eu apoio", por exemplo; "fulano não participa da aliança em que eu estou", por exemplo –, se nós não criarmos essa cultura, não adianta lei, porque decreto não revoluciona nada! Decretos não revolucionam. Ao contrário, podem até ser utilizados como guarda-chuvas, como formas de "travestimento". Então, isso é fundamental a partir desses dados.

O Ministro Jorge Hage tem uma importância muito grande nisso. Assim como o Presidente Lula e, na continuação do seu trabalho, a Presidenta Dilma, agora de maneira mais arrojada, além do Dr. Higino, aqui entre nós. Nós temos muito orgulho de expressar o nome de S.Exa., Dr. Higino. Enfim, há esperança de que nisso também o Governador Agnelo crie uma cultura para os próximos governos.

Agora, eu já posso ficar honrado de falar sobre transparência. Há dez anos, há oito anos, há sete anos, eu falava de transparência e havia quem dissesse: "Não, transparência é uma coisa que cada um faz como quer", como se não fosse público e como se a *res publica* estivesse acima dos nossos interesses pessoais.

Estou orgulhoso, Sr. Presidente. Quero parabenizar V.Exa. e também a Sra. Secretária.

Dentro dessa linha cultural, Secretária, eu só indagaria se... Assim, o reflexo a que V.Exa. se referiu das medidas, quer dizer as medidas publicadas, as medidas externadas, dar conhecimento a todos delas é fundamental.

Em relação às empresas V.Exa. mencionou... V.Exa. não chegou a mencionar em relação aos servidores, não sei se esse cadastro dos servidores punidos também está publicado. Isso é importante, principalmente para que não venham a ser nomeados em outros cargos em comissão.

Eu tenho, Secretária, uma avaliação um pouco diferente – nos moldes, na linha do Ministro Ayres de Brito – sobre a aplicação do princípio da presunção de inocência no exercício de cargos públicos. No meu entender, esse princípio se inverte, porque quem está gerindo bem de outrem tem que estar acima de qualquer suspeita. Não há necessidade de trânsito em julgado. Trânsito em julgado é para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	23

cidadão comum, é para o individual. Para o público não há nenhuma necessidade. Por isso eu acho que, nesse particular, a Lei da Ficha Limpa – e muita gente reclama dela – ela é muito singela, é muito razoável. Se o sujeito tentar fazer na nossa área do Direito um concurso público, respondendo a um processo, não passará na investigação! Não poderá tomar posse! Nós sabemos disso. Eu estou acostumado com isso. Estou nesse ramo há vinte e cinco anos. Fiz o concurso há vinte e cinco anos e se eu fosse parte em um inquérito, por exemplo, de um atropelamento, eu morria de medo de qualquer coisa dessas, porque sequer faria a prova oral. E eu tenho defendido isso.

Recentemente eu tive um caso que não está enquadrado na Ficha Limpa... Nós propusemos a emenda, na qual os colegas e o Governo tiveram atuação central. Mas ali alguns crimes, alguns ilícitos ainda estão fora. Penso que há exagero quando há cassação no plano da entidade profissional, tornando-a inelegível. Penso que há exagero aí, porque essa área é meramente administrativa e, especialmente, corporativa. Mas penso que há generosidade. Perdoe-me, talvez o debate faça um contraponto ao discurso geral da política brasileira e, por isso, a sociedade está muito irritada com todos nós, no sentido de que só o fato de responder a processo criminal já não poderia admitir o exercício de cargo. Isso não quer dizer que o sujeito é culpado. Quer dizer que ele tem que se livrar do processo, apressá-lo, defender-se, para poder exercer. É só isso, como já ocorre na área do Direito, quando se faz concurso para delegado, para juiz, para promotor, ou para qualquer tribunal etc. Ninguém passa se tiver processo criminal; sequer faz a prova. Então, não sei se seria importante algum estudo também nesse sentido.

Sra. Secretária, nós, desta Comissão, liderados pelo Deputado Joe Valle com a presença da Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio, e com a composição do Deputado Wellington Luiz e da Deputada Eliana Pedrosa, estamos – e sei que posso dizer isso com firmeza – inteiramente à disposição de V.Exa. E pedimos a V.Exa. que faça muito aplicação não apenas nas fiscalizações – nós aqui também vamos fazer –, mas na aculturação. O ideal é que todos os servidores na contratação tenham a possibilidade de passar por um curso de gestão pública não só sob a ótica técnica – no sentido contábil, jurídico, econômico e orçamentário –, mas também, e principalmente, no sentido de entender o seu papel, que aquilo não é dele, que não é patrimônio particular; que aquilo é para servir a sociedade; que ele é um *public servant*, sobretudo – ele é um servidor público. Que nós tínhamos esse ideário.

Muito obrigado.

Boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite pela explanação e a forma didática com que se coloca dentro da sua especialidade, sua especialização, realmente é extremamente esclarecedor e importante para a comissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	24

Pelo discurso do Deputado Chico Leite e por todos aqui, podemos ver e prever que teremos muito trabalho a fazer. Esta comissão tem muito trabalho a fazer, e fará.

No meu caso, para ser rápido, eu gostaria de me ater ao Item nº 4, Secretária, que lhe foi passado, que é a avaliação da implantação do Decreto nº 27.691, de 2007, que, portanto, está valendo, salvo engano, que estabelece o modelo de gestão para resultados aqui na gestão do trabalho, de compromisso e resultado, composto por indicadores, metas, plano de ação, mecanismo de monitoramento, avaliação e incentivos relativos à premiação por alcance de resultados.

O que nós percebemos quando não temos uma unidade de gestão é que fica muito difícil fiscalizar. Muito difícil. E é preciso muita estrutura, o que, na maioria das vezes, não se tem. O gargalo é sempre estrutura. Se eu tenho algo como o crime que hoje versa aí aberto, o aumento da violência, se eu não fechar a porta da fábrica, que no caso é o menino, a criança, o jovem sem equipamento escolar, etc, não adianta eu criar mais fiscalização, mais polícia, mais carros, mais armas porque isso não tem fim.

No sentido da fiscalização, do controle social e da transparência, nós precisamos, efetivamente, dessa cultura a que se referiu agora há pouco o nosso companheiro Deputado Chico Leite, mas também de modelos de gestão padronizados para que os Governos possam... até para auxiliar o Governador nesse sentido. Porque, se eu tiver em uma área um modelo de gestão e na outra... Se nós tivermos tantos modelos de gestão quantas forem as secretarias ou empresas públicas que tivermos, como fiscalizar? Porque você perde a referência desse processo.

Nós temos aqui uma lei que foi vetada, mas que estamos trabalhando, já que os vinte e quatro Deputados a assinaram, e é uma coisa bem tranquila, a Lei de Responsabilidade Ativa, que vai nessa mesma direção, no sentido de nortear um processo de gestão para os governos, para que a Câmara Legislativa possa também participar disso, não na fiscalização punitiva, que não é o caso nem é nosso papel, mas numa fiscalização de orientação no sentido de gestão.

E nós temos um decreto em vigor, o decreto de gestão por resultado, que é o nº 27.691, sobre o qual eu gostaria que a senhora falasse um pouco e desse a sua opinião. Se existe o decreto, por que não estamos buscando que ele possa ser realizado? Essa é a minha preocupação e tenho conversado com os meus pares. É essa confusão de gestão que encontramos quando andamos por todos os cantos do Distrito Federal, logicamente, entendendo que existem muitos planos. Vi na sua apresentação que existem planos claros e que vocês, inclusive, estão fiscalizando. Não é? São planos muito bons, excelentes planos, mas não há uma concatenação. Nós não percebemos com clareza quais os indicadores que precisamos ver, quais os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	25

indicadores que temos que pesquisar, porque, quando eu faço um investimento em todos os setores, se eu invisto tanto, eu busco um resultado. Na questão privada, um resultado econômico-financeiro; na questão pública, um resultado de qualidade de vida, social, etc. Mas eu preciso conseguir mensurar isso. Eu preciso ter os indicadores claros para isso. Quando eu não tenho uma unidade de planejamento, eu quase que impossibilito a fiscalização. Se eu estiver errado, eu gostaria que a senhora comentasse sobre isso.

Muito obrigado.

SRA. VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço aos demais Parlamentares pelas considerações e pelas questões aqui trazidas. Recebi aqui os ofícios e as questões trazidas pela Deputada Eliana Pedrosa. Esses pontos bem específicos eu desde já me comprometo a levar e apurar. Depois trarei a esta Comissão e à Deputada as respostas com os devidos esclarecimentos e informações prestados pela Secretaria.

De tudo o que foi falado aqui, eu acho que uma das grandes questões que aparece é exatamente essa importância, essa urgência de que a gente efetivamente implemente a transparência e o acesso à informação.

Eu acredito muito nesses novos tempos em que vivemos e acredito muito na promessa que a Lei de Acesso à Informação nos traz. Mais uma vez, da minha experiência que trago do Governo Federal, eu acho que, de forma incontestável, nós estamos vivendo um momento revolucionário histórico em termos de transparência e acesso à informação. E não tenho dúvida de que a implementação da lei aqui no Distrito Federal trilhará também o mesmo caminho, porque hoje a sociedade não aceita nada menos do que isso, nada menor exatamente do que essa política de transparência que estamos implementando.

Se nós pensássemos alguns meses ou anos atrás, quem diria que teríamos os salários individualizados dos servidores publicados na internet? Então, se conseguimos vencer essa resistência, esse desafio cultural e tantos outros... Eu fico imaginando: quem diria que teríamos as atas do Copom do Banco Central publicadas? Isso foi feito ano passado com a Lei de Acesso à Informação. Quem diria que teríamos multas aplicadas a empresas com fichas sujas na área, por exemplo, de tráfico humano, proteção ao meio ambiente etc. E isso tudo passou a ser feito também a partir da publicação da Lei de Acesso à Informação. Então, eu acho que há um contexto muito favorável e de muita esperança em termos de incremento da transparência e do acesso à informação. Eu acho que é nesse cenário que nós devemos nos debruçar, investir, acreditar e, todos juntos, trabalhar para que possamos também fazer valer essa lei agora aqui no Distrito Federal.

Então, todos os passos que foram dados nesses primeiros dois anos de governo... Quero registrar aqui que, quando fui convidada pelo Governador Agnelo Queiroz para assumir a Secretaria de Transparência, essa questão que ele sempre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	26

coloca de radicalizar a transparência foi uma das primeiras coisas que ele colocou e, também, toda a autonomia e carta branca ele me deu para trabalhar. Então, eu acho que é importante também destacarmos o fato de se ter uma pessoa técnica ocupando um cargo dessa natureza, cuidando dessa política de transparência, dessa política de combate à corrupção. E não só a pessoa técnica, mas que teve essa carta branca agora para que possamos trabalhar dando continuidade a essas ações que começaram a ser implementadas pelo colega Hígino no início deste Governo. Acho que agora é nosso desafio fazer com que essa lei pegue.

Eu imagino que nós tenhamos algumas conquistas que essa lei traz e que necessariamente teremos alguns avanços. O principal deles é termos um prazo muito bem especificado e determinado que antes não tínhamos. Eu fico aqui ouvindo os Parlamentares se queixando de terem pedidos não atendidos e fico imaginando o coitado do cidadão que faz o seu pedido e, realmente, muitas vezes, ou há uma omissão ou há uma informação mal prestada, uma má vontade na prestação. Por que acreditamos que isso vai mudar? Porque agora finalmente nós temos um prazo muito exíguo de vinte dias, prorrogável por apenas dez. Lembro que são trinta dias no máximo para que a informação seja efetivamente entregue. Então, acabamos com aquela questão de que recebemos e estaremos analisando. Isso agora não pode mais existir. São trinta dias no máximo para que entreguemos a informação, se ela existir.

Eu acho interessante que a Lei de Acesso à Informação é boa não só para a transparência, mas ela também vai contribuir muito para a melhoria da gestão porque ela vai expor a gestão pública inclusive em relação àquilo de que ela não dispõe, a informação que não foi bem registrada, não foi bem tratada, não foi bem guardada, ou simplesmente aquela informação que não foi produzida porque realmente houve uma falha de gestão. E isso aconteceu nos outros países que já têm lei de acesso há muito mais tempo. Isso vem acontecendo na União, em que a lei entrou em vigor em maio do ano passado, e eu acredito que aqui também acontecerá. Então, é a transparência contribuindo também para a melhoria da gestão.

Quando, por exemplo, a Deputada Eliana Pedrosa traz problemas no registro do Sigo, eu sempre vejo pelo lado positivo. Graças ao Portal da Transparência que muitas vezes nós do controle vamos ali tomar conhecimento e podemos, de forma muito mais fácil, inclusive com o cidadão nos ajudando nesse trabalho, identificar registros indevidos, falhos ou até mesmo, irregulares. Então, a transparência, sem dúvida, contribui, em todos os aspectos, para a melhoria da gestão.

Nós temos como um grande avanço, talvez o mais importante, o fato de que essa Lei prevê a responsabilização de agentes públicos pelo seu descumprimento.

Foi tão falado aqui pelos Deputados o quão importante é nós termos punição efetiva, punição exemplar, punição que iniba a ocorrência de novos problemas. E, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	27

área de transparência, não pode ser diferente! Então, essa Lei traz isso de novo! Agora nós não temos apenas o Princípio da Transparência como uma diretriz a orientar a gestão pública, mas nós temos uma norma de efeito concreto e que traz consequências concretas e efetivas, com a previsão de responsabilização do agente público que, por má fé, descumprir a Lei e não atender aos pedidos de acesso à informação.

Lembro que nós temos, no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, a própria Secretaria de Transparência como instância recursal a analisar os casos de pedidos descumpridos – o que é algo inovador, trazido por essa nova legislação. Antes a pessoa pensava: “A quem vou recorrer? Vou ao Ministério Público? Vou ao Tribunal de Contas? Vou à imprensa?” Não. Agora temos aqui uma instância institucionalizada para fazer o acompanhamento dos pedidos de acesso à informação.

Eu acredito muito mesmo que nós vivamos novos tempos, novos tempos de transparência e de acesso à informação. Não só com a ocorrência desse marco legal que entrará em vigor... O Distrito Federal não está atrasado nisso. Pelo contrário: Eu quero registrar que a lei federal expressamente previu que os estados e os municípios deveriam regulamentar a legislação federal de acesso à informação. Isso foi feito em tempo muito menor pelo Distrito Federal do que por outros estados e municípios. Desde o primeiro momento, foi instituído um grupo de trabalho, que contou com a participação da sociedade civil para elaboração do projeto de lei que foi apresentado a esta Câmara. É importante destacarmos o tempo recorde de trabalho desta Casa para a aprovação da Lei de Acesso à Informação do Distrito Federal. Agora, nós teremos o desafio de dar cumprimento a ela.

O que eu queria também destacar é que a grande novidade, a grande revolução não é apenas a inovação em termos de marco legal. Agora, nós temos aqui a vontade política de que seja dada a transparência e o acesso à informação. Nós temos aqui autonomia, carta branca e todo apoio para agir dessa forma.

Quero comentar um pouco uma questão trazida pelo Deputado Chico Leite, com quem concordo totalmente. É a exacerbação do Princípio da Presunção da Inocência, que, infelizmente, vivemos ainda nos tribunais brasileiros. Principalmente aqueles que militam, que trabalham na área de combate à corrupção sabem o quão importante é ter, além da prevenção, uma efetiva punição, inclusive, com caráter inibitório. Infelizmente, hoje ainda vemos processos demorando e se arrastando, por quase 20 anos, na Justiça brasileira, exatamente porque temos quase uma inversão de valores. As pessoas só podem ser presas após o trânsito em julgado da ação, que leva quase 20 anos, porque é preciso a confirmação de tribunais superiores e até da Suprema Corte, o tribunal constitucional brasileiro, que teria de ficar revendo esse tipo de questão. Eu acho que é um assunto da maior importância para ser tratado por esta Comissão: que pensemos formas de agilização dos processos em todas as instâncias judiciais, administrativas e tudo mais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	28

Quero comentar também o que o Deputado Joe Valle nos trouxe sobre a questão da implementação do decreto que prevê um modelo de gestão por resultados. Quero também compartilhar integralmente dessa preocupação do Deputado com a ideia de que possamos ter, finalmente, no Brasil, uma gestão que se preocupe realmente com a eficiência, a eficácia e a efetividade das suas ações.

E aqui, fazendo um pouco o paralelo com as ações do controle... Eu acho que essa é uma das grandes prioridades da Secretaria de Transparência, Deputado, e que poderá ajudar muito, neste trabalho de implementar efetivamente esse decreto que põe ênfase no resultado, põe ênfase na gestão é que o controle também seja orientado por resultado.

Então, nós, muitas vezes, ainda nos deparamos com controles formais, que se pegam em conformidades e em formalidades. Não estou falando que esse controle de meios não seja importante. Por favor... Nós ainda, é claro, no Brasil, não podemos nos furtar, não podemos dispensar o controle de meios, mas ele não pode ser o único ou o nosso principal foco. Acho que esse é o nosso grande desafio e é, talvez, a forma pela qual hoje o controle, a Controladoria, a Secretaria de Transparência, pode ajudar mais nesse trabalho de pensar indicadores e trabalhar em prol de resultados, de pensarmos na melhoria e no incremento das auditorias operacionais, das auditorias de resultados, e que levem, em consideração, eu acho, o impacto social das políticas públicas. Nós precisamos fazer isso e essa é uma das grandes propostas da Secretaria de Transparência, pois precisamos tirar os auditores das salas, do ar-condicionado, dos papéis, para que eles possam ir mais a campo, ir mais à rua e, de fato, ali avaliar como as políticas estão sendo implementadas. Nesse sentido, eu acredito que podemos contribuir muito com essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Muito obrigado, Secretária Vânia. A Comissão fez bastantes questionamentos e, logicamente, nós vamos continuar nesse processo.

Eu gostaria, mais uma vez, para fazer o encerramento, de passar a palavra aos Deputados, caso tenham algum comentário final a fazer.

Com esse objetivo, retorno a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, eu só gostaria de reforçar que eu tenho ido muito à parte prática, porque vi e vejo que a teoria está bem desenvolvida. Então, vou deixar mais uma questão para V.Exa. se debruçar, junto aos membros do Governo: a LDO determinava que, após 30 dias do exercício findo, deveria ser publicado o quadro de renúncia das receitas efetivamente realizadas. Nós já estamos no mês de abril e isso não foi publicado. Inclusive, eu já tive a oportunidade de fazer um requerimento solicitando que isso fosse publicado, porque nós vencemos os 30 dias no início de fevereiro. Passou-se fevereiro todo, março, e nós estamos em abril.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	29

Todos os fatos trazidos aqui estão relacionados com transparência em coisas simples. Coisas simples...

O Portal da Transparência já existe há muito tempo. E funcionava. Nós tivemos, agora, uma regressão dentro do Portal da Transparência. Houve lei, vontade, mas a verdade é que nós tivemos uma regressão no Portal da Transparência. Hoje o Portal da Transparência, como eu posso deixar aqui, com esses documentos, mostra que nós ficamos desinformados. Absolutamente desinformados. E antes não era assim. Podia haver uma defasagem, que não é permitido também, mas agora parece que há alguma pessoa ou algumas pessoas brincando com os números dentro do Portal da Transparência. É isso que qualquer um que se debruçar, dentro do Portal da Transparência, vai verificar. E eu acho que isso é muito grave e de fácil solução. E vejo que há boa intenção para se resolver.

Por isso, inclusive, ontem eu tive a oportunidade de protocolar essa representação ao Procurador-Geral do Ministério Público do Tribunal de Contas e faço chegar à mão de V.Exa. porque, às vezes, isso pode ser resolvido de uma maneira muito fácil. Não precisa nem da ação do Tribunal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Passo a palavra, seguindo a sequência, ao nosso Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, queria pedir desculpas, mas eu tenho uma audiência agora, um planejamento, às 16h30min., estou um pouco atrasado. Então, quero pedir autorização de V.Exa. para que eu saia um pouco mais cedo, mas, antes, mais uma vez, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Mais uma vez também quero agradecer à Secretária Vânia, sinto-me contemplado com as informações. Acho que a Secretaria está em excelentes mãos, até pela bagagem e pela envergadura da Secretária. Como eu já disse anteriormente, esta Comissão vai trabalhar junto para que tenhamos Brasília, uma Capital da República, que realmente sirva de exemplo para todos no quesito transparência.

Muito obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós que agradecemos, Deputado Wellington Luiz, pela sua presença, lembrando sempre que às 14 horas, às quintas-feiras, a nossa Comissão estará reunida, de quinze em quinze dias.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para as considerações finais.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, só quero mais uma vez agradecer a Sra. Vânia e dizer que foi uma reunião muito produtiva. Eu acho que a gente tem que, de fato, acompanhar muito de perto o trabalho que a Secretaria está fazendo, ultimando a proposta do Presidente Deputado Joe Valle de fazer um termo de cooperação com a Secretaria para que a gente não precise ficar repetindo coisas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	30

que já estão sendo feitas pelo Poder Executivo e, sobretudo, talvez a contribuição maior que poderíamos dar seria justamente contribuir para aprimorar esses mecanismos que a própria Secretaria vem construindo.

Quero expressar ao Presidente uma preocupação: São 16h10min., nós avançamos no tempo da sessão, não estivemos presentes nela, mas contribuimos para dar *quorum* à reunião, e eu espero que nas próximas reuniões sejamos mais pontuais na hora de começá-la para que a gente possa terminar em tempo hábil e não prejudicar a nossa participação na sessão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputada Arlete Sampaio, está anotado. Vamos pedir a colaboração de todos os membros da Comissão para que a gente possa efetivamente, já que a Comissão está se reunindo às quintas-feiras, o que é uma facilidade para todos nós, chegar às 14h para começarmos a reunião e a finalizarmos, no máximo, às 15h30min., quando a sessão estará começando. O Deputado Chico Leite já havia colocado que não teria mais nada a agradecer... Nós realmente queremos agradecer todas as participações.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, só para não ser indelicada porque fiz vários questionamentos, mas esqueci de fazer meu agradecimento: muito obrigada, Secretária, pela sua simpatia, pela sua exposição, pela sua tranquilidade e pela sua boa vontade de receber os meus questionamentos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Eliana Pedrosa, inclusive, eu quero fazer um comentário, a sua questão prática é extremamente importante para a Comissão. Eu acho que esta Comissão é para isso mesmo e eu tenho certeza absoluta, por conhecer a Secretaria Vânia de antes, de que ela sai daqui bastante enriquecida com esse processo e de uma forma muito tranquila, porque, quando a gente ouve a Dra. Vânia falar, a gente vê como ela trata esse assunto. Ela tem total conhecimento disso, tem trabalhado com bastante vontade e bastante afinco. Ela tem uma equipe preparada, e a gente tem certeza absoluta de que – logicamente, desde o Secretário Higino, que sempre veio a esta Comissão, quando temporária, com a maior boa vontade, ajudou na construção, nós conversamos muito sobre tudo o que está sendo colocado agora, tudo o que está sendo feito desde o primeiro momento – a colaboração irá ser completa. A nossa Secretaria já disse isto: estará na ata a questão da reunião para se trabalhar um termo de cooperação, que é fundamental para que a gente possa isso.

Dentro do plano de trabalho, que vai ser exposto para os Deputados, nós já temos auditorias e fiscalizações, que vão acontecer de forma sistemática. Há a Lei de Acesso à Informação que, realmente, no nosso entendimento, é uma revolução que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2013	14h27min	CFGTC	31

vem aí da Presidente Dilma. A gente vai trabalhar para que esta lei seja implementada aqui. A gente quer que todas as leis peguem. A ideia é a de que todas as leis peguem, não existe a lei que pega e a lei que não pega. Essa, especificamente, estará sendo trabalhada agora no dia 12. Nós iremos fazer esta lei para pegar. Esta Comissão está caminhando nessa direção.

Eu queria agradecer enormemente aqui a equipe toda que esteve conosco durante esse tempo, foi extremamente proveitoso. Sei que tivemos esse prejuízo da nossa sessão, mas tenho certeza de que esta primeira reunião ordinária foi extremamente proveitosa para esta Casa, para a Secretaria de Transparência, para Brasília e para o Governo do Distrito Federal. Quero agradecer ao Josué, que nos secretariou, ao Deputado Chico Leite, à Deputada Arlete Sampaio. Secretária Vânia, muito obrigado! Estamos à disposição e vamos certamente ter uma trajetória conjunta, coletiva e parceira ao longo desse tempo em que a comissão está se instalando.

Muito obrigado à Deputada Eliana Pedrosa também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa.

(Levanta-se a reunião às 16h15min.)